

Relatório de consultoria do Relatório do TCU sobre Governança, Inovação e Sustentabilidade do IFAP 2024.

Objetivo

Apresentar e discutir os principais aspectos do relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referente à avaliação de governança, inovação e sustentabilidade no âmbito do Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Contextualização

O relatório em questão foi elaborado com base em um processo de autoavaliação institucional, onde diferentes setores do IFAP foram convidados a responder questionários específicos sobre suas áreas de atuação.

Principais Constatações

1. Metodologia de Avaliação

- O processo baseou-se em autoavaliação institucional
- Os indicadores foram estabelecidos pelo TCU seguindo critérios predefinidos
- A avaliação abrangeu múltiplas dimensões da gestão institucional

2. Resultados Obtidos

- Os indicadores apresentados ficaram aquém do potencial real do IFAP
- A análise identificou discrepâncias entre a realidade institucional e os dados informados

3. Fatores Críticos Identificados

- Preenchimento inadequado dos questionários por participantes sem conhecimento específico das áreas avaliadas
 - Ausência de alinhamento entre as informações prestadas e as evidências existentes
- Necessidade de maior coordenação no processo de resposta aos questionários

Lições Aprendidas e Recomendações

1. Para Próximos Ciclos Avaliativos

- Identificar e designar respondentes com expertise técnica nas áreas específicas
- Estabelecer processo de validação das informações antes do envio
- Criar mecanismos de consulta prévia aos setores detentores das informações

2. Ações Imediatas

- Aguardar novos ciclos de avaliação, visto que não há possibilidade de retificação das informações prestadas
- Documentar as lições aprendidas para aprimorar processos futuros
- Desenvolver procedimento institucional para resposta a avaliações externas

Considerações Finais

A experiência evidenciou a importância crítica de envolver os detentores do conhecimento técnico específico no preenchimento de questionários e avaliações dos órgãos de controle. Esta prática é fundamental para garantir a fidedignidade das informações prestadas e, conseqüentemente, uma avaliação mais precisa da realidade institucional.

Links para o inteiro teor dos relatórios

https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/download/12002_167b37e828c32ede1a7add92edb6fe6f

https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/download/12003_f6f547fd4a826afb027a75fb2c52978a

Governança, Inovação e Sustentabilidade no IFAP - IESGo - Índice de governança e sustentabilidade 2024 TCU

Relatório de Autoavaliação 2024 - Indicadores Categorizados



Decreto nº 9.203/2017:

Governança Pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade



Levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão nas organizações públicas federais

2024

(Acórdão 1913/2024-TCU-Plenário)

Relatório individual da autoavaliação de:

idBase=276
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Amapá (IFAP)

1. Introdução

O que se espera?

Melhoria nesses indicadores a médio prazo, considerando como parâmetro o padrão de evolução das dimensões ao longo dos ciclos de avaliação.

O que foi avaliado?

- Práticas de governança integradas a práticas socioambientais (ESG).
- Dimensões avaliadas: Governança, gestão, responsabilidade social, liderança, estratégia, controle e sustentabilidade

TEMA
ORGANIZACIONAL
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PESSOAS
CONTRATAÇÕES
ORÇAMENTO
SUSTENTABILIDADE

As questões foram agrupadas pelos seguintes temas:

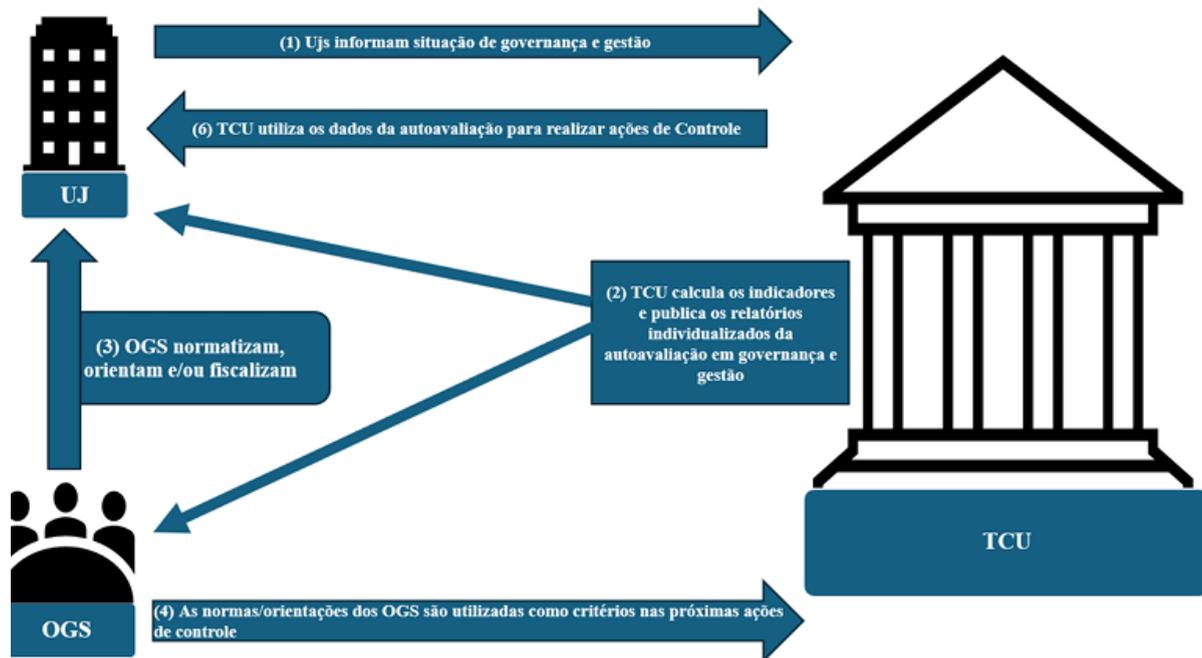
- Governança pública;
- Governança e Gestão de pessoas;
- Governança e Gestão de tecnologia e da segurança da informação;
- Governança e Gestão de contratações;
- Governança e Gestão orçamentárias;
- Governança e Gestão de Sustentabilidade Ambiental e Social.

Vantagens:

- Ao adotar práticas ESG, organizações públicas tendem a se tornar mais eficientes, uma vez que a sustentabilidade pode gerar redução de custos.
- Tais práticas conferem legitimidade à gestão das organizações
- Ao medir suas próprias práticas com base no questionário iESGo, gestores têm mais condições de investir nas áreas mais vulneráveis apontadas no levantamento.

Lógica adotada neste levantamento

Figura 1 - Lógica de intervenção dos levantamentos de governança e gestão



387 instituições avaliadas

Colocação	resp_nome	resp_sig
342	Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional	Sesi/CN
343	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano
344	Secretaria do Tesouro Nacional	STN
345	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	Confea
346	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR
347	Conselho Federal de Representantes Comerciais	Confere
348	Fundação Nacional dos Povos Indígenas	FUNAI
349	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pe	IFSertãoPE
350	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Jar	IFRJ
351	Conselho Federal de Administração	CFA
352	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FNDE
353	Universidade Federal de Catalão	UFCAT
354	Ministério dos Povos Indígenas	MPI
355	Conselho Federal de Educação Física	Confef
356	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP
357	Conselho Federal de Economia	Cofecon
358	Instituto Evandro Chagas	IEC
359	Conselho Federal de Medicina	CFM
360	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf
361	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	CAU/BR
362	Ministério da Pesca e Aquicultura	MPA
363	Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT
364	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazona	IFAM
365	Conselho Federal dos Técnicos Industriais	CFT
366	Conselho Federal de Relações Públicas	Conferp
367	Conselho Federal de Fonoaudiologia	CFFA
368	Conselho Federal de Nutricionistas	CFN
369	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR
370	Ministério da Igualdade Racial	MIR
371	Fundação Biblioteca Nacional	BN

Entre os IFs - 38 IFs avaliados

Colocação	resp_sigla
1	IFSULDEMINAS
2	IFSC
3	IFF
4	IF Farroupilha
5	IFMT
6	IFRO
7	IFRN
8	IFTO
9	IFMG
10	IFNMG
11	IFSul
12	IFES
13	IFMS
14	IFS
15	IFCE
16	IFPA
17	IFRS
18	IFAC
19	IFPI
20	IFAL
21	IFPB
22	IFG
23	IFBA
24	IFMA
25	IFC
26	IFRR
27	IFPE
28	IFSP
29	IFTM
30	IF Baiano
31	IF Sudeste
32	IFB
33	IF Goiano
34	IFSertãoPE
35	IFRJ
36	IFAP
37	IFAM
38	IFPR

Entre IFs e Universidades 125 participantes

99	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM
100	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB
101	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB
102	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	ITI
103	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
104	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
105	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IF Baiano
106	Fundação Universidade Federal do Piauí	UFPI
107	Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR
108	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF Sudeste
109	Universidade Federal de Alagoas	UFAL
110	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
111	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB
112	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UniRIO
113	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano
114	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR
115	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IFSertãoPE
116	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ
117	Universidade Federal de Catalão	UFCAT
118	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP
119	Instituto Evandro Chagas	IEC
120	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf
121	Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT
122	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM
123	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR
124	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE
125	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDP

Índice de Governança e Sustentabilidade (iESGo)

iESGo é o índice que sintetiza todas as práticas de governança, gestão e sustentabilidade avaliadas no questionário. É formado pela agregação dos seguintes indicadores:

- a) Lid – Capacidade em Liderança. Representa os resultados das práticas que compõem o mecanismo Liderança;
- b) Estr – Capacidade em Estratégia. Representa os resultados das práticas que compõem o mecanismo Estratégia;
- c) Cont – Capacidade em Controle. Representa os resultados das práticas que compõem o mecanismo Controle;
- d) iES – Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social. Representa os resultados das práticas de sustentabilidade avaliadas.
- e) iGest – Índice de Gestão Pública. Representa os resultados das práticas de gestão avaliadas no questionário, com exceção das práticas de gestão de sustentabilidade.

IFAP - 24,2%

1.2 Resumo dos resultados da autoavaliação da organização

No quadro abaixo é apresentado o resumo da autoavaliação da organização:

Indicador	Valor
iESGo (índice ESG)	24,2%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	18,5%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	11,6%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	24,1%
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	23,5%
iGovPub (índice de governança pública organizacional)	26,2%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	14,0%
iGestPessoas (índice de gestão de pessoas)	19,6%
iGovTI (índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação)	13,9%
iGestTI (índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação)	16,8%
iGovContratações (índice de governança e gestão de contratações)	25,6%
iGestContrat (índice de gestão de contratações)	24,1%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)	33,8%
iGestOrcament (índice de gestão orçamentária)	30,6%

2. Visão Geral dos Indicadores

2.1 Indicadores Críticos (Abaixo de 15%)

- iGovSustentAmb (Governança e Gestão da Sustentabilidade Ambiental): 11,6%
- iGovTI (Governança e Gestão de TI): 13,9%
- iGovPessoas (Governança e Gestão de Pessoas): 14,0%
- iGestTI (Gestão de TI): 16,8%

2.2 Indicadores Preocupantes (15% a 25%)

- iES (Sustentabilidade Ambiental e Social): 18,5%
- iGestPessoas (Gestão de Pessoas): 19,6%
- iGG (Governança e Gestão Públicas): 23,5%
- iGovSustentSocial (Governança e Gestão da Sustentabilidade Social): 24,1%
- iESGo (índice ESG): 24,2%
- iGovPub (Governança Pública Organizacional): 26,2%

2.3 Indicadores em Desenvolvimento (25% a 35%)

- iGestContrat (Gestão de Contratações): 24,1%
- iGovContratações (Governança e Gestão de Contratações): 25,6%
- iGestOrcament (Gestão Orçamentária): 30,6%
- iGovOrcament (Governança e Gestão Orçamentárias): 33,8%

3. Análise Detalhada por Área

3.1 Tecnologia da Informação (Área Crítica)

- iGovTI: 13,9%
- iGestTI: 16,8%
- Principais desafios e pontos de melhoria

3.2 Gestão de Pessoas (Área Crítica)

- iGovPessoas: 14,0%
- iGestPessoas: 19,6%
- Análise das causas e impactos

3.3 Sustentabilidade Ambiental (Área Crítica)

- iGovSustentAmb: 11,6%
- Implicações e ações necessárias

3.4 Governança Pública e ESG

- iESGo: 24,2%
- iGG: 23,5%
- iGovPub: 26,2%
- Pontos fortes e fracos

3.5 Contratações e Orçamento (Áreas mais desenvolvidas)

- iGovContratações: 25,6%
- iGestContrat: 24,1%
- iGovOrçament: 33,8%
- iGestOrçament: 30,6%
- Boas práticas a serem mantidas e expandidas

4. Prioridades e Plano de Ação

- Foco nas áreas críticas: TI, Pessoas e Sustentabilidade Ambiental
- Estratégias para melhorar a governança geral e o índice ESG
- Metas de curto e médio prazo

Conclusão e Próximos Passos:

obs: mais uma vez, as conclusões abaixo foram feitas com base em informações, que na sua maioria, não correspondem à realidade, tendo em vista o equívoco no preenchimento do questionário; de qualquer forma, podem ter pontos corretos ou errados, não foi objetivo deste relatório tentar corrigir as discrepâncias e sim apresentar os principais pontos do relatório do TCU.

1. Governança e Gestão de Riscos:

- Embora exista uma política de gestão de riscos (Resolução N° 008/2020), sua implantação parece ser incompleta. Não há evidências de um processo estruturado de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos críticos.

- Falta um plano de continuidade de negócios, essencial para garantir a resiliência institucional.
- O monitoramento do desempenho das diversas áreas pela alta administração é insuficiente, especialmente em áreas como gestão de pessoas, TI, contratações e sustentabilidade.

2. Gestão de Pessoas:

- Não existe um modelo estabelecido de gestão de pessoas, nem objetivos, indicadores e metas claramente definidos para esta área.
- Falta um plano específico para orientar a gestão de pessoas, alinhado ao planejamento estratégico da instituição.
- O processo de avaliação de desempenho dos servidores é inadequado ou inexistente.
- Não há um programa estruturado para desenvolvimento de competências, especialmente para ocupantes de funções essenciais.
- A instituição não monitora adequadamente indicadores relevantes sobre a força de trabalho, como rotatividade, horas de treinamento, afastamentos, etc.

3. Tecnologia da Informação:

- Ausência de um modelo estabelecido de gestão de TI e de um plano de tecnologia da informação vigente.
- Os processos de gestão de serviços, mudanças, configurações e incidentes de TI são pouco desenvolvidos ou inexistentes.
- Falta uma gestão adequada de riscos de TI e segurança da informação.
- Não há evidências de um processo estruturado para desenvolvimento de software e gestão de projetos de TI.

4. Ética, Integridade e Transparência:

- A gestão da ética e integridade não está alinhada às boas práticas do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.
- Faltam medidas estruturadas para identificação e tratamento de indícios de fraude e corrupção.
- A transparência ativa é insuficiente, especialmente no que se refere à publicação de informações sobre execução orçamentária, remunerações, e outros dados relevantes.
- O processo de prestação de contas direta à sociedade precisa ser aprimorado.

5. Sustentabilidade:

- Não há um programa estruturado de sustentabilidade ambiental, como um Plano de Logística Sustentável.
- Faltam ações concretas para promover a sustentabilidade ambiental tanto internamente quanto no ambiente externo à organização.
- Não existem indicadores para mensurar os resultados das ações de sustentabilidade.

6. Gestão Orçamentária e Financeira:

- O alinhamento entre o planejamento estratégico e o orçamento precisa ser aprimorado.
- Faltam mecanismos eficazes para priorização adequada dos recursos orçamentários.
- O processo de elaboração da proposta orçamentária anual carece de maior participação das áreas funcionais e de uma análise mais robusta das necessidades e prioridades institucionais.

7. Contratações:

- Embora existam alguns processos estabelecidos, falta uma gestão de riscos adequada nas contratações.
- Não há evidências de medidas estruturadas para prevenir fraudes e corrupção nas contratações.
- O desenvolvimento de competências dos ocupantes de funções essenciais à gestão de contratações é insuficiente.

8. Diversidade, Inclusão e Acessibilidade:

- Apesar de existir uma política de assistência estudantil, faltam sistemas estruturados para prevenção e combate ao assédio e à discriminação.
- As ações de promoção da acessibilidade precisam ser aprimoradas, especialmente no que se refere às instalações físicas e aos serviços digitais.

Para abordar essas áreas de melhoria, o IFAP precisará:

1. Desenvolver e implementar políticas e processos mais robustos em todas as áreas mencionadas.
2. Investir significativamente em capacitação de pessoal, especialmente em áreas críticas como gestão de riscos, TI, e gestão de pessoas.
3. Implementar sistemas de informação adequados para suportar os processos de gestão e governança.
4. Estabelecer mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação contínua dessas iniciativas.
5. Fortalecer a cultura de transparência, ética e integridade em toda a instituição.
6. Alinhar mais estreitamente as ações institucionais com o planejamento estratégico e o orçamento.
7. Priorizar a implementação de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social.

Essas melhorias requerem um compromisso de longo prazo da alta administração e um esforço coordenado de todas as áreas da instituição. A implementação gradual e consistente dessas mudanças pode levar a uma significativa melhoria na governança e gestão do IFAP.

Resposta do IFAP, itens - não adota.

2132. A alta administração estabeleceu modelo de gestão de pessoas

Não adota

(não)	a) estão definidos os papéis e responsabilidades em gestão de pessoas
(não)	b) estão definidas as responsabilidades dos envolvidos no processo de planejamento da força de trabalho
(não)	c) a alta administração recebe apoio de corpo colegiado (p. ex.: comitê composto por integrantes dos diversos setores da organização) formalmente responsável por auxiliá-la na tomada de decisões estratégicas relativas à gestão de pessoas
(não)	d) há objetivos, indicadores e metas para a gestão de pessoas
(não)	e) na definição dos objetivos da gestão de pessoas, são considerados os demais instrumentos de planejamento da organização (p. ex.: plano estratégico institucional e planos diretores das demais funções de gestão)
(não)	f) os objetivos da gestão de pessoas estão alinhados com os objetivos de sustentabilidade
(não)	g) os objetivos, indicadores e metas da gestão de pessoas são divulgados
Evidência:	

2133. A alta administração estabeleceu modelo de gestão de tecnologia da informação

Não adota

(não)	a) há diretrizes para o planejamento de tecnologia da informação
(não)	b) estão definidos os papéis e responsabilidades em gestão de tecnologia da informação
(não)	c) estão designados os responsáveis de cada área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados

(não)	d) há comitê de tecnologia da informação composto por representantes de áreas relevantes da organização
(não)	e) o comitê de tecnologia da informação realiza as atividades previstas em ato constitutivo
(não)	f) há diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de tecnologia da informação
(não)	g) há objetivos, indicadores e metas para a gestão de tecnologia da informação
(não)	h) na definição dos objetivos da gestão de tecnologia da informação, são considerados os demais instrumentos de planejamento da organização (p. ex.: plano estratégico institucional e planos diretores das demais funções de gestão)
(não)	i) os objetivos da gestão de tecnologia da informação estão alinhados com os objetivos de sustentabilidade
(não)	j) os objetivos, indicadores e metas da gestão de tecnologia da informação são divulgados

3131. A instância superior de governança da organização participa da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna

Não adota

(não)	a) a instância superior de governança informa anualmente a auditoria interna acerca dos objetivos estratégicos e prioridades organizacionais que possam ser considerados na elaboração dos planos de auditoria interna (no caso da CGU, considerar os planos de auditoria da Ciset Presidência. Quanto aos ministérios e demais organizações do Poder Executivo que não possuam unidade de auditoria interna própria, considerar os planos de auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC ou da Ciset à qual está jurisdicionada)
(não)	b) a instância superior de governança informa anualmente a auditoria interna acerca dos riscos críticos organizacionais que possam ser considerados na elaboração dos planos de auditoria interna (no caso da CGU, considerar os planos de auditoria da Ciset Presidência. Quanto aos ministérios e demais organizações do Poder Executivo que não possuam unidade de auditoria interna própria, considerar os planos de auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC ou da Ciset à qual está jurisdicionada)
(não)	c) a instância superior de governança informa anualmente a auditoria interna acerca de processos e atividades relevantes organizacionais que possam ser considerados na elaboração dos planos de auditoria interna (no caso da CGU, considerar os planos de auditoria da Ciset Presidência. Quanto aos ministérios e demais organizações do Poder Executivo que não possuam unidade de auditoria interna própria, considerar os planos de auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC ou da Ciset à qual está jurisdicionada)

4123. Monitora-se um conjunto de indicadores relevantes sobre força de trabalho

Não adota

(não)	a) o monitoramento contempla características da composição da força de trabalho (idade, tempo de serviço, sexo, formação acadêmica, etc.)
(não)	b) o monitoramento contempla a evolução do quadro de pessoal, com movimentações, ingressos, desligamentos, aposentadorias e a estimativa de aposentadoria, por cargo
(não)	c) o monitoramento contempla índices de rotatividade por departamento ou unidade organizacional
(não)	d) o monitoramento contempla a quantidade de horas de treinamento por servidor durante determinado período de tempo (ano, mês, etc.)
(não)	e) o monitoramento contempla a quantidade de dias de afastamento por licença saúde dos colaboradores
Evidência:	

4263. A organização faz uso de Inteligência Artificial em seus processos internos ou finalísticos

Não adota

(não)	a) há colaboradores que experimentaram e testaram projetos de IA, embora com pouca ou sem padronização
(não)	b) há projetos iniciais de prova de conceito (POC) elaborados e em fase piloto
(não)	c) há projetos de IA em produção
(não)	d) a alta administração patrocina projetos de IA ou há orçamento exclusivo para projetos de IA
(não)	e) há unidade especializada em inteligência artificial, com especialistas em IA e capacidade para desenvolver projetos
(não)	f) os novos projetos digitais, incluindo revisões de processo para otimização, consideram a utilização de IA como forma de agregar valor
(não)	g) o uso de inteligência artificial é costumeiro e esperado na execução dos processos de negócio, sendo que os aplicativos que utilizam 'IA' interagem de

le:///C:/Users/alessandro.magalhaes/Downloads/276 - IFAP.html

38/50

5/09/24, 11:56

iESGo2024 - Respostas

forma produtiva dentro da organização e com o ecossistema de negócios

5122. A sustentabilidade ambiental é promovida no ambiente externo à organização

Não adota

(não)	a) houve ações de educação ambiental voltadas para as partes interessadas da organização, nos últimos doze meses
(não)	b) a organização promove práticas sustentáveis na sua cadeia de fornecedores e parceiros
(não)	c) há mecanismo de comunicação com partes interessadas sobre as ações de sustentabilidade realizadas pela organização
Evidência:	

6112. Há sistema de prevenção e combate ao assédio

Não adota

(não)	a) há normativos internos de combate ao assédio
(não)	b) há orientação publicada sobre as condutas que caracterizam assédio e de como proceder em caso de assédio
(não)	c) há estrutura disponível para recebimento e tratamento de notícias de desvio de conduta (p. ex.: denúncias), com garantia de sigilo e compromisso de confidencialidade
(não)	d) há responsável ou equipe designada, com dedicação exclusiva, para lidar com as situações de assédio na organização
(não)	e) há programas de capacitação sobre assédio e direitos das vítimas (p. ex.: capacitações periódicas e nos cursos de formação dos novos gestores/colaboradores)
(não)	f) há protocolo de acolhimento de vítimas de assédio ou de quem noticia o assédio
Evidência:	

Resposta com: Há decisão formal ou plano aprovado para adotá-la

5111. Há programa de sustentabilidade ambiental

Há decisão formal ou plano aprovado para adotá-la

(não)	a) há Plano de Logística Sustentável (PLS), ou instrumento equivalente, para o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos, contendo objetivos e responsabilidades definidas
-------	---

(não)	b) cada uma das ações do PLS (ou do instrumento equivalente) possui metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento
(não)	c) há ações para a gestão socioambiental adequada de resíduos, com metas de eficiência estabelecidas
(não)	d) há ações para uso consciente da água, com metas de eficiência estabelecidas
(não)	e) há ações para uso racional de energia elétrica e incentivo à utilização de outras fontes de energia renovável, com metas de eficiência estabelecidas
(não)	f) há ações para reduzir e compensar a emissão de gases de efeito estufa resultante do funcionamento da organização
Evidência:	

5121. A sustentabilidade ambiental é promovida internamente

Há decisão formal ou plano aprovado para adotá-la

(não)	a) houve ações de sensibilização (p. ex.: campanhas de comunicação; palestras) ou capacitação de gestores e colaboradores sobre sustentabilidade ambiental nos últimos doze meses (p. ex.: capacitações periódicas; capacitações por ocasião da cursos de formação dos novos gestores/colaboradores)
(não)	b) há ações regulares para garantir que a organização esteja em conformidade com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis
(não)	c) há indicadores ou instrumentos equivalentes (ex.: painéis de informação) que permitem mensurar os resultados obtidos pelas ações de sustentabilidade ambiental (p. ex.: economia de recursos)
(não)	d) há canal(is) para o esclarecimento de dúvidas sobre sustentabilidade ambiental (p. ex.: telefone; e-mail; atendimento presencial; reportes online)
Evidência:	

Resposta com: Adota em maior parte ou totalmente.

4342. A organização adota critérios e requisitos de sustentabilidade nas contratações

Adota em maior parte ou totalmente

(sim)	a) a organização prioriza, nas aquisições de bens, aqueles constituídos por material renovável, reciclado, atóxico e biodegradável
(não)	b) a organização exige, nas contratações de obras e serviços de engenharia, que sejam observadas as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas
(não)	c) a organização exige, nas contratações de obras e serviços de engenharia, que sejam observadas as normas relativas à utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais
(não)	d) a organização exige, nas contratações de obras e serviços de engenharia, que sejam observadas as normas relativas à acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida
Evidência: Guia Prático de Licitações Sustentáveis	

Ressalta-se que o questionário tem bem mais perguntas, as apresentadas acima são apenas uma amostra.

O que fazer?

Sugestão da Auditoria:

Art. 2º Constar as competências do Comitê de Governança, Riscos e Controles:

- a) indicar membro à Comissão de Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá (IFAP);
- b) propor políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e Institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- c) promover o desenvolvimento contínuo e a integração dos agentes públicos, incentivando a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- d) primar a observância às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- e) supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público e monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- f) liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, além de ofertar suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- g) estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade, e
- h) emitir recomendações para o **aprimoramento da governança**, da gestão de riscos e dos controles internos.

o **Comitê de Governança, Riscos e Controle** no processo de melhoria dos indicadores da seguinte forma:

1. Utilizar a competência (b) para propor políticas, diretrizes, **metodologias e mecanismos de comunicação para institucionalizar o processo de revisão e melhoria dos indicadores de governança.**
2. Aplicar a competência (c) para promover o **desenvolvimento contínuo e a integração dos setores envolvidos**, incentivando a **adoção de boas práticas de governança identificadas durante as reuniões de revisão.**
3. Usar a competência (e) para **supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave identificados durante as reuniões setoriais**, que podem comprometer o desempenho nos indicadores de governança.
4. Empregar a competência (f) para liderar e supervisionar a institucionalização das melhorias propostas, oferecendo **suporte necessário para sua efetiva implementação.**
5. Aplicar a competência (g) para **estabelecer limites de exposição a riscos** e de alçada que possam impactar os indicadores de governança.
6. Utilizar diretamente a competência (h) para **emitir recomendações específicas para o aprimoramento da governança**, com base nas informações coletadas e analisadas durante o processo de revisão.
7. Aproveitar a competência (a) para **indicar membros à Comissão de Gestão de Riscos que possam contribuir especificamente para a melhoria dos indicadores de governança.**

8. Colocar esses indicadores no PDI??!

9. Usar a competência (d) para assegurar que todas as melhorias propostas e implementadas estejam em conformidade com as regulamentações, leis, códigos e normas aplicáveis.

Desta forma, o Comitê de Governança, Riscos e Controles se torna um elemento central no processo de melhoria contínua dos indicadores de governança, atuando como facilitador, supervisor e promotor das ações necessárias para o aprimoramento institucional.

O setor de governança deve implementar um processo estruturado de revisão e melhoria contínua, que inclua:

1. Realização de reuniões periódicas com os responsáveis de cada setor mencionado no questionário.
2. Nestas reuniões, discutir em profundidade:
 - As dificuldades específicas enfrentadas em cada área
 - Possíveis soluções e melhorias para os processos existentes
 - Recursos necessários para implementar essas melhorias
 - Prazos realistas para alcançar avanços mensuráveis
3. Elaborar um relatório consolidado após essas reuniões, destacando:
 - Principais pontos de atenção identificados
 - Propostas de ação para cada indicador que precisa de melhoria
 - Priorização das ações baseada em impacto e viabilidade
4. Apresentar este relatório à alta gestão, incluindo:
 - Visão geral do estado atual dos indicadores
 - Plano de ação detalhado para melhorias
 - Estimativas de recursos necessários
 - Projeções de como essas ações podem impactar positivamente os indicadores nos próximos ciclos de avaliação
5. Estabelecer um cronograma de acompanhamento regular para:
 - Monitorar o progresso das ações propostas
 - Ajustar estratégias conforme necessário
 - Garantir que as melhorias estejam sendo efetivamente implementadas
6. Criar um mecanismo de feedback contínuo entre os setores e a governança para manter todos alinhados e engajados no processo de melhoria.

Esta abordagem sistemática permitirá que a instituição identifique com precisão suas áreas de melhoria, desenvolva planos de ação eficazes e mantenha um foco constante no aprimoramento de seus indicadores de governança.

Alessandro Ronan da Silva Magalhães
Auditor